

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Francisco José Coelho Teixeira

Ministro da Integração Nacional

Robson Afonso Botelho

Secretário de Infraestrutura Hídrica

Elianeiva de Queiroz Viana Odísio

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

Maria da Glória Almeida Teixeira

Especialista Médio I

Juliana Brito dos Santos

Analista Técnico-Administrativo

CMT ENGENHARIA

Auriman Cavalcante Rodrigues

Coordenador-Geral

Carlos Danger Ferreira e Silva

Coordenador Setorial

Mariana Veríssimo Pacheco

Coordenadora Setorial

Denise Bonomo

Inspetora Ambiental

Juliana Márcia Andrade

Inspetora Ambiental

Equipe Técnica:

Adriana Martins

Analista Ambiental

Ana Paula Alencar

Analista Ambiental

Fabiana Lisboa

Analista Ambiental

Leonardo Brilhante de Medeiros

Analista Ambiental

Marcello Aponte

Analista Ambiental

Marismar Bispo

Analista Ambiental



Dados da Publicação:

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Realização:

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislaine Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

Coordenação:

Juliana Márcia Andrade

Pesquisa e Textos:

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

Ilustração e Projeto Gráfico:

Francisco Puygserver

Pablo Murilo

Revisão:

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	7
3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA.....	8
3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil	8
3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
4. METODOLOGIA.....	12
4.1. Fase de Instrumentação	13
4.1.1. Público-Alvo	15
4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2. Fase de Interpretação das Informações	16
5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	18
6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADAS.....	20
6.1. Resultados da Memória Coletiva	20
6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico.....	20
6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico	22
6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social.....	25
6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social	26
6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva	26
6.4. Pesquisa Socioeconômica	27
6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade	27
6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica	36
6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo	38
6.4.4. Serviços de Apoio à Produção.....	38
6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
8. REFERÊNCIAS.....	42
9. ANEXOS.....	44



1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é o resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a este desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.



Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale lembrar, ainda, que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em



situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).

No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência destas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos



loais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.

De acordo com Araripe & Nascimento (2008), essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valioso.



4. METODOLOGIA

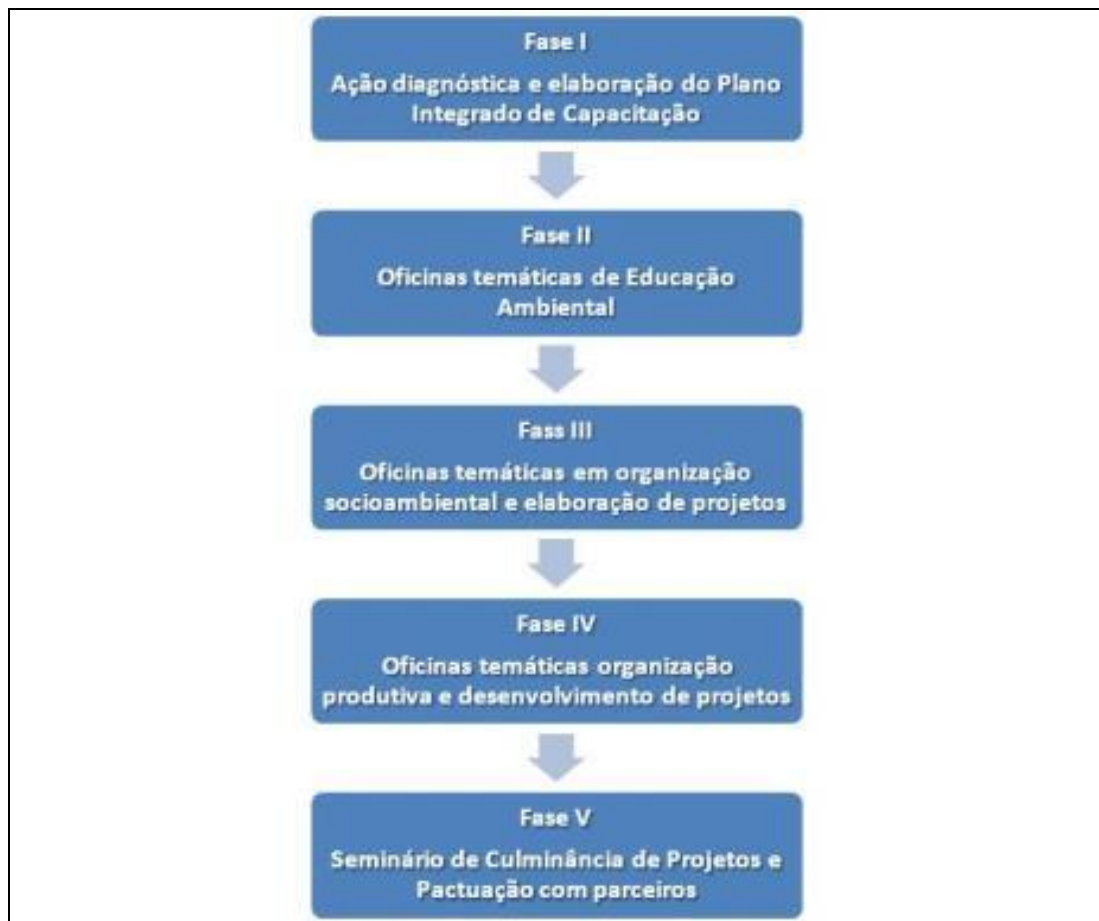
O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram deste processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Este trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:



Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.



Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais; e 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios, a socialização de conceitos e análise, e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua conseqüente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade desta metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social, que tem como principal produto os mapas sociais, visa levantar aspectos relacionados à: Identidade e história da comunidade; Elementos simbólicos e afetivos do local; Conhecimentos, economia e produção local; Significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nestas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que



resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Neste momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

4.1.1. Público-Alvo

Comunidade quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma



única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, esse instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local e, ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados, gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação destas informações pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade visando à confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os



dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial destas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades específicas, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, estas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Esta disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade.”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Queimadas, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE QUEIMADAS

6.1. Resultados da Memória Coletiva

6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Queimadas propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia, presente na fase inicial do processo de diagnóstico, está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e



seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir, representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade Queimadas:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Queimadas.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Poço; cisterna; caixas d'água e tanque para os animais beberem.</i>	<i>Água para o consumo humano e para os animais.</i>	<i>Falta de um sistema de tubulação que alcance todas as residências; não ter água para as casas mais afastadas do centro da comunidade; não ter poços suficientes; nem todas as casas terem cisternas; irregularidade dos carros pipas.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo a céu aberto; mutirão dos comunitários para coleta de lixo; tambor para coleta de lixo; queima de lixo.</i>	<i>Mutirão de limpeza; queima do lixo; tambor de coleta de lixo.</i>	<i>Não há aproveitamento de recicláveis; não há serviço municipal de coleta de lixo que atenda à comunidade; ausência de transporte de lixo; não há separação nem recolhimento do lixo; falta de conscientização e de valorização do lugar por parte dos moradores.</i>
No item " facilita " o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria no gerenciamento dos resíduos citando a coleta seletiva e revenda dos resíduos passíveis de reciclagem, além de transporte do lixo provido pelo município.		
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Vacinador; comunitários quilombolas que têm formação de enfermeiro e técnico de enfermagem; dentista em Mirandiba; agente comunitário; barbeiro; doença de Chagas.</i>	<i>Existe um enfermeiro na comunidade; campanha de vacinação; campanha de prevenção para mulheres.</i>	<i>Ausência de um posto de saúde na comunidade; irregularidade de visitas médicas e de dentista; casas de taipa como foco de barbeiro; às vezes faltam remédios na secretaria de saúde.</i>
No item " facilita " o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a assistência à saúde. Discutiram sobre o aporte de recurso público municipal, questionando o direcionamento deste para melhorias no atendimento a saúde na comunidade. Apontam a necessidade de uma ambulância para prestar serviços de transporte de emergência		
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo; queima de lixo; desmatamento; poluição do ar e da água; queimadas; uso de agrotóxicos na roça; caça do peba e do tatu; pessoas que não contribuem com o meio ambiente; animais sendo criados no meio das pessoas; Caatinga nativa.</i>	<i>A compreensão dos moradores; remédios caseiros; lenha para a cozinha; palha para vassouras; carne dos animais; trabalho com agricultura.</i>	<i>Falta de saneamento básico; ausência de reciclagem; atividade carvoeira; presença de casas de taipa na comunidade; casas que não foram substituídas por alvenaria pela pactuação com o MI; falta de informações técnicas sobre criação de animais e plantios; faltam banheiros e manutenção daqueles que quebram; falta de coleta de lixo.</i>



NOSSA EDUCAÇÃO e CULTURA

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Aula para crianças da 1º a 4º série; professor; merenda na escola; grupo de dança; forró; artesanato; time de futebol; católicos.</i>	<i>Transporte escolar; o salão onde funciona a escola; fardamento; merenda escolar; materiais escolares; campeonato rural; ensino adequado.</i>	<i>Alto índice de analfabetismo; não existir Educação para Jovens e Adultos; pouca informação sobre quilombolas; não possuem infraestrutura de prédio escolar; não haverem capacitações para professores; não possuem aulas de artes, música e dança; falta de pagamento por parte da prefeitura para os carros escolares; falta de incentivo ao esporte; falta de responsabilidade dos pais com a escola.</i>

NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Celular (TIM); boca-a-boca; recados; rádio (sintoniza frequência de Serra Talhada, Mirandiba e Salgueiro); televisão (antena parabólica); internet pelo celular.</i>	<i>O padre faz missa nas associações e repassa informações entre elas; as pessoas se dão bem e conversam entre si; professores da comunidade fazem contato direto com a secretaria de educação; reunião da associação; informações trazidas pelo agente de saúde; informações fornecidas pelos professores; informações através do líder comunitário.</i>	<i>A comunidade é esparsa e as casas ficam distantes umas das outras; analfabetismo; não há muita informação sobre o PISF; não temos computadores; a internet é lenta; a maioria não tem acesso à internet; não ter telefone público na comunidade; não ter um carro de som; as divulgações ficam comprometidas.</i>

NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação dos Moradores Quilombolas Sítio Queimado; ONG Conviver no Semiárido; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; FUNASA; IPA; SINTRAF; CRAS.</i>	-	<i>Nem todos os associados compartilham dos benefícios alcançados pela associação; a falta de transporte dificulta a comunicação e encontro entre as comunidades quilombolas e instituições parceiras; falta de comunicação; falta de envolvimento.</i>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a organização social e articulação com instituições parceiras como: repasse de informações e melhor distribuição das benfeitorias que acontecem na comunidade abrangendo a todos os associados. E ainda, benfeitorias de infraestrutura para moradia e abastecimento de água.

NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Animais; hortas; plantação de milho, feijão, etc; artesanato; criação de animais (bode, galinha, porco); e pessoas.</i>	<i>A horta e os animais ajudam na alimentação familiar fornecendo ovos, leite, carne e temperos para casa; venda de mamonas para o IPA.</i>	<i>Falta de água para molhar as plantas; o abastecimento de água que beneficia só 20% da comunidade; não ter cercado apropriado para os animais; falta tecnologia agrícola; não ter a posse da terra; maior parte da comunidade não tem moradia digna e a presença de casas de taipa; falta educação.</i>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a articulação dos arranjos produtivos da comunidade tais como: um meio de transporte que os ajudasse a levar a produção para ser vendida na feira de Mirandiba, a posse e maior área de terra para o trabalho e produção.

6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou



elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens 'Existe', 'Facilita' e 'Dificulta' expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, possibilitando, assim, que todos os participantes contribuíssem com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

Nossas Águas e Usos

A principal fonte de abastecimento de Queimadas é um poço, perfurado dentro de propriedade privada em parceria com a Prefeitura Municipal de Mirandiba. Ao lado da caixa d'água principal há baias para dessedentação animal. O sistema de abastecimento não abrange todas as residências e o fornecimento de água por carros-pipa também ocorre irregularmente. Este é o principal conflito existente na comunidade. Os moradores alegam que a caixa deste poço abastece apenas 20% da população. Também existem caixas d'água e cisternas em alguns domicílios.

Nosso Lixo

Os moradores de Queimadas relatam que existe grande quantidade de resíduos espalhados, e que, de forma eventual, realizam mutirões de lixo, mas que alguns moradores já trabalham em prol de uma gestão mais adequada. Apesar disso, afirmam que ainda praticam a queima dos resíduos domiciliares.

Nossa Saúde

A comunidade Queimadas é próxima da sede municipal de Mirandiba, fica a cerca de 3 (três) quilômetros. Isso facilita o acesso a serviços de saúde oferecidos pelo município. Na comunidade também existem profissionais de saúde, como enfermeiros e técnicos em enfermagem. Periodicamente ocorrem atendimentos odontológicos, campanhas de vacinação e prevenção a doenças. Os moradores solicitam uma ambulância para atendimentos de emergência.



Nosso Meio Ambiente

Os moradores praticam a queima dos resíduos gerados e o desmatamento para retirada de lenha, além de fazerem uso de agrotóxicos nas pequenas lavouras. Há animais soltos e quantidade excessiva de resíduos espalhados entre as residências. Ainda utilizam plantas da Caatinga para elaboração de medicamentos caseiros e praticam a caça de pequenos animais como fonte de alimentação.

Nossa Educação e Cultura

As lideranças locais relatam que o índice de analfabetismo é elevado, especialmente na população adulta. A escola da comunidade oferece o ensino fundamental I e há transporte escolar para aqueles que estudam na sede municipal. Os moradores solicitam ao município melhor infraestrutura para a escola, que funciona temporariamente em um salão comunitário.

Nossa Comunicação

A comunidade possui acesso à internet via telefone celular, mas solicita a instalação de um telefone público. A associação local, as reuniões na igreja e o trabalho de professores e agentes comunitários de saúde também são relatados como principais fontes de informação.

Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

A Associação dos Moradores Quilombolas de Queimadas e a Associação CONVIVER no Sertão são os grupos que mais atuam pela organização e mobilização comunitária. Esta parceria também possibilita aos moradores terem acesso a outras comunidades quilombolas de Mirandiba e região. Citam também outras instituições parceiras, como o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Ministério da Integração Nacional (MI), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Mirandiba, e o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

Nossos Arranjos Produtivos

Os moradores produzem apenas para consumo próprio, com destaque para a produção de hortaliças em hortas e, principalmente, a criação de animais de pequeno e médio porte. Como a disponibilidade de água local é insuficiente para o plantio, a comunidade solicita assistência técnica voltada a esta limitação. Segundo alguns moradores, os animais soltos também dificultam pequenas áreas de cultivo.





Foto 01. Comunidade quilombola de Queimadas, município de Mirandiba – PE.

6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde os valores materiais e imateriais comuns a todos são identificados e expressos na forma de desenho, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas deste, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

No mapa social produzido pelos moradores de Queimadas, foram priorizadas as estruturas físicas existentes e ainda as solicitadas ao poder público, representando a luta por direitos instituída desde o início da formação do território. A caixa d'água que abastece muitas casas também foi representada, assim como as fazendas que fazem parte dos limites territoriais. As cercas também possuem um destaque especial, por representarem limites, áreas cultiváveis e criação de animais. A seguir, imagens que representam a Oficina de Mapeamento Social realizada na comunidade:





Foto 02. Mapa elaborado durante a Oficina de Mapeamento Social.



Foto 03. Momento de elaboração do mapa durante a Oficina.

6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

O mapa elaborado em Queimadas apresentou uma peculiaridade, a presença de estruturas físicas que a comunidade deseja que sejam viabilizadas e não somente aquelas já existentes. As principais estruturas sociais como a escola e a caixa d'água foram destacadas, demonstrando o que representam para os moradores. Os limites territoriais foram simbolizados por cercas de fazendas vizinhas. Segundo relatos, a comunidade é subdividida em duas, denominadas Queimadas 1 e Queimadas 2. Porém, consideram a comunidade a que pertencem como apenas 'Queimadas' pois, segundo os moradores, 'Queimadas 1' não faz parte do território quilombola registrado na documentação que foi enviada à Fundação Cultural Palmares.

6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.

Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a estas fases do mapeamento.



Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. Quanto à proposta de capacitações do Plano, o grupo optou por suprimir a Oficina de Apicultura, sendo aprovada conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico; e
- Oficina de Empreendedorismo.

6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

Localização e Origem da Comunidade

Dentre as comunidades quilombolas de Mirandiba, Queimadas é a que está mais próxima à zona urbana, distando 3 (três) quilômetros da sede do município. Seu acesso se dá por uma estrada não pavimentada que leva à zona rural do município.

A seguir, imagens que representam a comunidade:





Foto 04. Cisterna coletiva da comunidade.



Foto 05. Principal núcleo habitacional de Queimadas.

O processo de territorialização de Queimadas teve início em 1963, quando os irmãos Antônio Cirilo Gomes dos Santos e João Cirilo Gomes dos Santos compraram um lote de 51 (cinquenta e um) hectares de terras da fazenda Várzea do Tiro, de propriedade da família Nunes.

A família Cirilo trabalhava e morava na fazenda Posse, onde se originou a atual comunidade de Feijão/Posse. Conforme relata a D. Espedita, atualmente a moradora mais antiga da comunidade, filha de Sr. Antônio Cirilo Gomes dos Santos, ela e seus irmãos ansiavam por uma melhoria na qualidade de vida, que atribuíam à necessidade por mudanças nas relações de trabalho.

A territorialização da comunidade quilombola Queimadas, assim como de outras comunidades quilombolas da região, tem como principais motivações a busca por mudanças nas relações trabalhistas, a posse da terra para emancipação e a autonomia em processos produtivos.

Os filhos de Sr. Antônio Cirilo contam que, apesar da compra do terreno, eles não se mudaram de imediato. Eram rendeiros na fazenda Posse, e lá continuaram a trabalhar, dividindo-se entre a fazenda e as roças em Queimadas.

Dos treze filhos de Sr. Antônio Cirilo Gomes dos Santos e D. Luzia Gomes da Conceição, apenas quatro se mudaram para Queimadas, sendo o caçula, Demétrius Antônio dos Santos Gomes, o primeiro que iniciou a ocupação com a implantação de roçados. Demétrius e seus irmãos começaram a trabalhar durante o dia em Queimadas, subindo e descendo a serra todos os dias. Com o tempo, fixaram-se em Queimadas, e em seguida, vieram suas irmãs, Expedita Gomes, Ana Luzia Gomes e Maria José Gomes.

Com o casamento de D. Expedita, sua mãe, D. Luzia Gomes da Conceição, e, tempos mais tarde, seu pai mudaram-se para Queimadas. Outros moradores e familiares que moravam na mesma condição de rendeiros na fazenda Posse se mudaram para Queimadas formando núcleos de ocupação por moradores ligados por laços familiares.



As alternativas utilizadas para convivência com o semiárido e a permanência neste território também são aspectos estruturantes da luta e da identidade dessa comunidade. Os comunitários contam que o povoado de Queimadas passou por um período intenso de estiagem nos anos de 1983 e 1984. Não foi somente em decorrência do tempo seco que este período foi difícil na vida dos primeiros moradores de Queimadas. Uma praga acabou com a plantação tão esperada de feijão de corda na comunidade. O que resultou para a comunidade na perda dos recursos que seriam provenientes da venda do produto, bem como de seu próprio alimento.

Um aspecto importante da comunidade é que o território se constituiu desde o início a partir do uso da terra não apenas para moradia e cultivo de subsistência, mas como elemento decisivo de união familiar.

O nome Queimadas faz referência à cacimba de Joaquina e Belarmino de Farias, local chamado de Queimadas das Favelas onde a comunidade buscava água, hoje não existindo mais.

A discussão sobre a identificação quilombola teve início recentemente, a partir do contato desta comunidade com outros movimentos de articulação do Movimento Quilombola na região: “Eu não sabia nem o que era ser quilombola. Já tinha ouvido falar, mas não sabia.” (Maria Aparecida Souza, neta de Sr. Antônio Cirilo Gomes). Os comunitários têm na organização da comunidade de Conceição das Crioulas uma referência. Em 2006, Maria Aparecida Souza, uma das lideranças locais, recebeu um convite para participar de um encontro de quilombolas em Gravatá, também no estado de Pernambuco. Esta foi a primeira vez que alguém de Queimadas saiu da comunidade para discutir sobre aspectos políticos de sua identidade. “A felicidade de um negro é uma felicidade guerreira. Só ganhamos isso aqui (Queimadas) pela nossa luta.”, relatou Maria Aparecida na ocasião.

População

A comunidade que hoje vive em Queimadas é composta por 21 (vinte e uma) famílias, com aproximadamente 80 (oitenta) pessoas e estreitas relações de parentesco. A maior parcela da população está distribuída entre crianças e jovens de até 17 (dezessete) anos, representando aproximadamente 35% da população local.

A seguir, apresenta-se o gráfico de faixa etária da comunidade:



Figura 02. Faixa etária dos moradores de Queimadas.

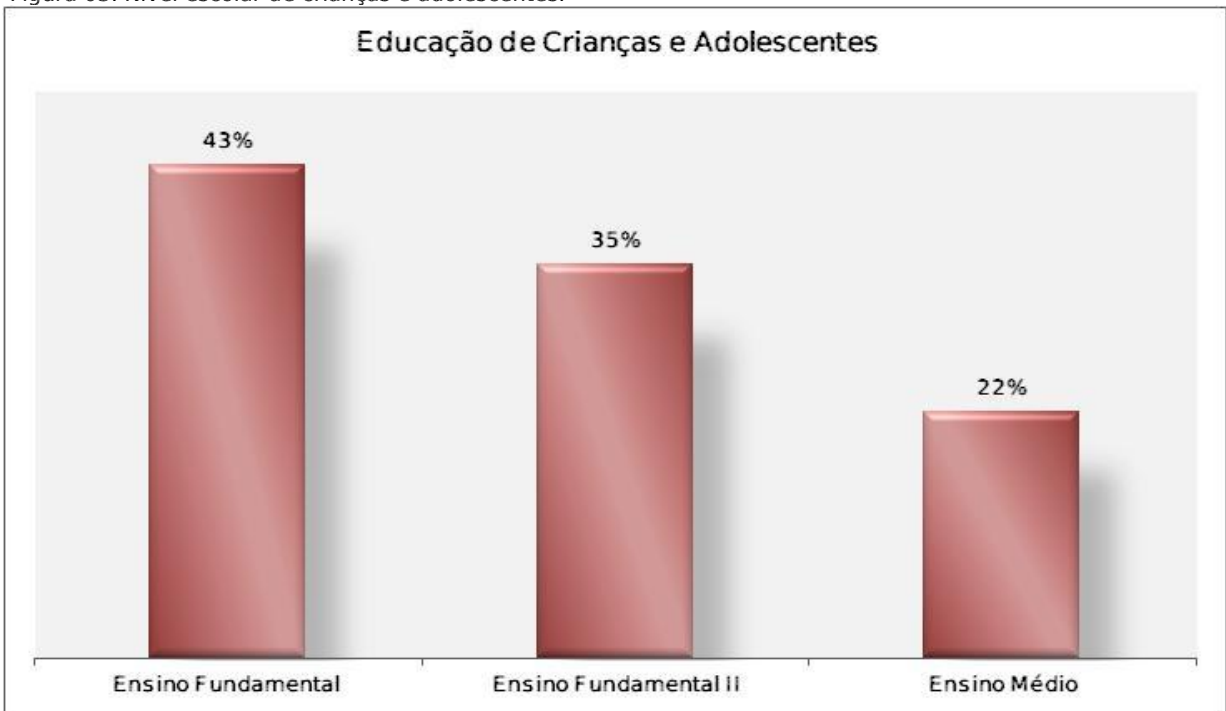


Educação

A infraestrutura da escola da comunidade é precária, contando somente com uma sala para atender a todas as séries do Ensino Fundamental I e ainda as reuniões da Associação e demais atividades que ocorrem na comunidade. Dependendo da atividade, as aulas são suspensas por falta de espaço suficiente. As crianças e jovens que não são atendidos pela escola da comunidade estão matriculadas na zona urbana do município de Mirandiba. O gráfico a seguir demonstra a escolaridade desta faixa etária:

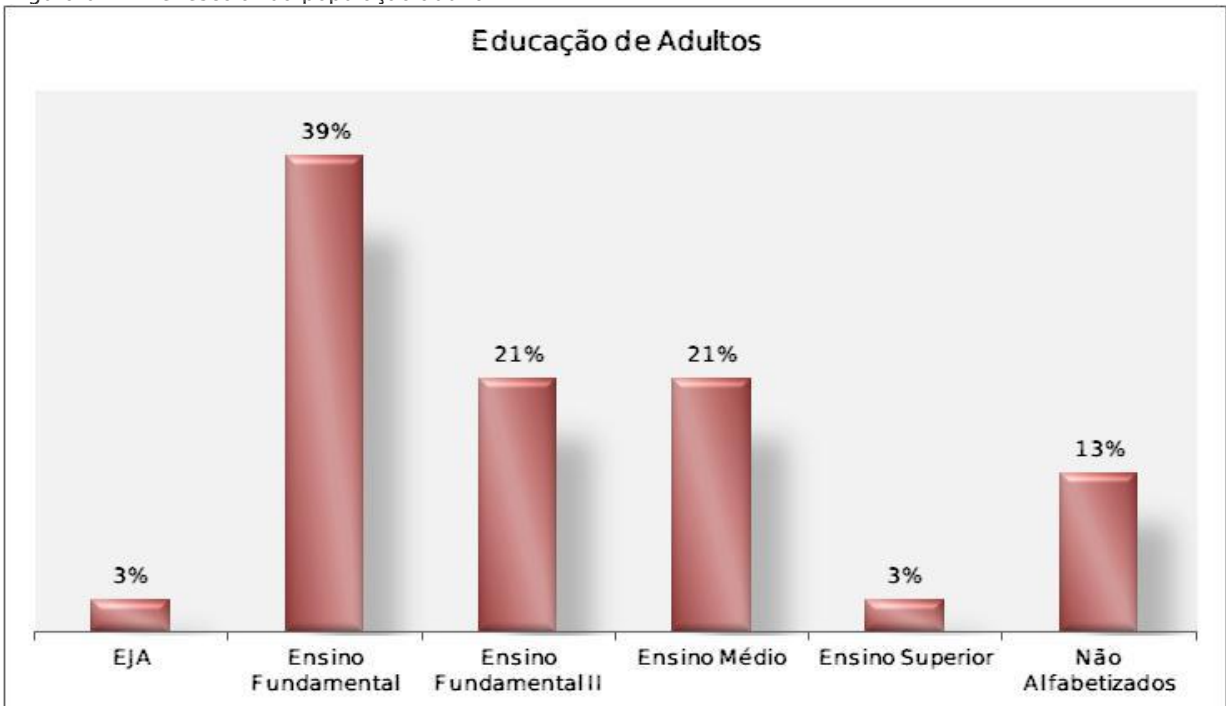


Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, gráfico referente à educação da população adulta da comunidade:

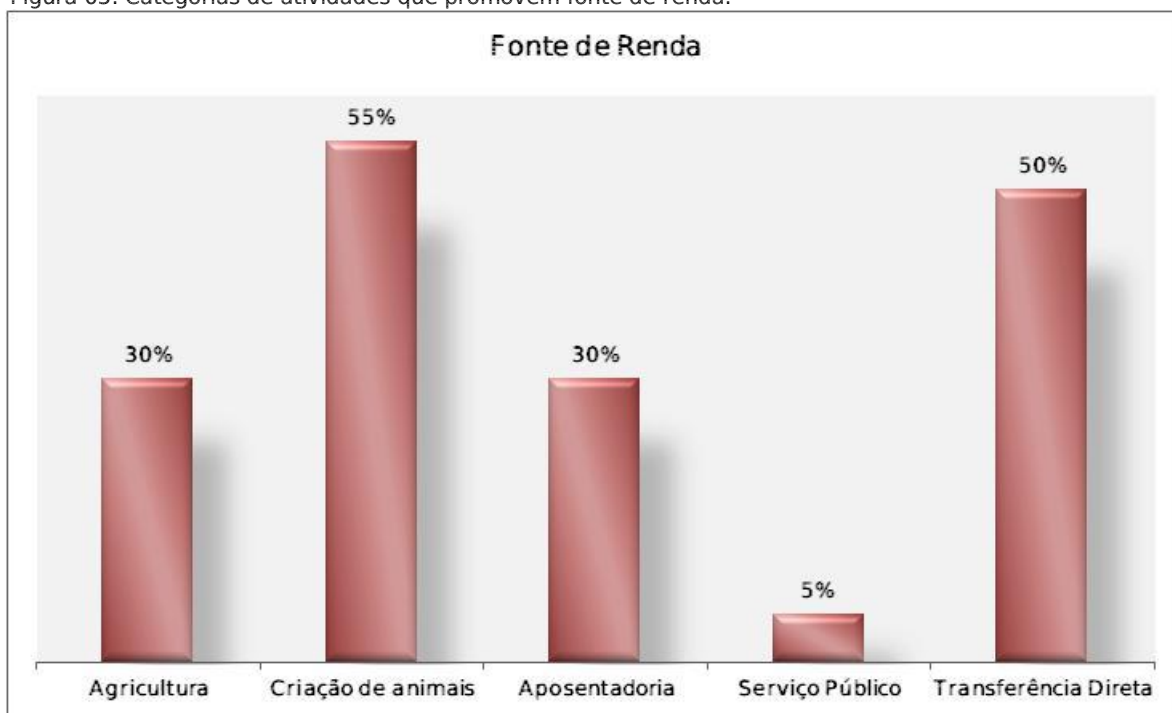
Figura 04. Nível escolar da população adulta.



Fonte de Renda

Ao analisar a renda mensal média da comunidade, verificou-se que mais de 60% das famílias ganham até um salário mínimo. Muitas famílias ainda sobrevivem com a comercialização dos excedentes de produção e da criação de animais. Os programas sociais de transferência direta representam a maior fonte de renda dos moradores, em aproximadamente 50% das famílias entrevistadas. As principais fontes de renda citadas foram o programa Bolsa Família e a aposentadoria.

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



Manifestações Culturais

A comunidade de Queimadas festeja um calendário religioso que conta com novenas dedicadas à Mãe Rainha, o Terço de Mãe Rainha. Quando se reúnem para fazer estudos bíblicos, vaquejadas e, quando alguém faz promessas, têm o costume de convidar tocadores da comunidade quilombola de Araçá, próxima a Queimadas, para dançarem o tradicional São Gonçalo.

A comunidade possui um grupo jovem de dança afro e, embora não pratique, tem em sua memória social as danças do coco e as bandas de pífano que já tiveram representantes na comunidade em outras épocas.



Organização Comunitária e Movimentos Sociais

Em 2007, foi encaminhado ofício à Fundação Palmares, solicitando o reconhecimento da comunidade de Queimadas como remanescente de quilombo. Entre os anos de 2007 e 2008, pesquisadores visitaram a comunidade, estimulando o movimento associativista. Depois desta ação, a Associação de Pequenos Agricultores da Fazenda Queimadas, criada em 2001, passou a incluir no nome o termo pequenos agricultores quilombolas.

Embora se tenha consciência de sua origem quilombola, o processo de autorreconhecimento como tal é recente. Os moradores ainda possuem muitas dúvidas em relação à constituição da comunidade, ao cadastro de não quilombolas na associação, à demarcação e à titulação das terras.

Regularização Fundiária

A comunidade se autoidentifica como quilombola, e é certificada pela Fundação Cultural Palmares. Reivindicado ao INCRA, o processo de regularização do território encontra-se em andamento.

Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

Por meio da Associação de Pequenos Agricultores da Fazenda Queimadas, o grupo conseguiu estabelecer parcerias com a Associação CONVIVER no Sertão, com o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - SINTRAF, FUNASA e IPA.

A parceria da comunidade com o Ministério da Integração Nacional e a FUNASA, no contexto do PISF, contou com a execução de projeto de substituição de casas de taipa por casas de alvenaria, sonho antigo da comunidade. No entanto, os moradores sugerem que atividades educativas busquem valorizar as técnicas tradicionais de construção, tendo em vista que elas representam autonomia para as comunidades e que encontram na matéria prima e nos saberes a elas relacionados parte de sua história. A incidência de novos casos de doença de Chagas diminuiu consideravelmente a partir da nova configuração dos domicílios.

A comunidade apresenta dificuldades em sua organização social, e vem amadurecendo junto à Associação sobre os mecanismos de gestão coletiva.

Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

O território de Queimadas faz limite ao norte com a fazenda Posse, na Serra Comprida; ao sul e leste, com a fazenda Várzea do Tiro; e a oeste, com a fazenda Mandacaru, de propriedade do Sr. Natal.

A ocupação de Queimadas se dá de maneira circular, as casas estão dispostas de modo a formar um terreiro ao centro. Nesta área social central é comum encontrar os



comunitários conversando e realizando atividades sociais. Aí estão situadas a caixa d'água e a cisterna coletiva, principais fontes de abastecimento de água da comunidade.

As sementes destinadas ao plantio nas áreas de lavoura são adquiridas tanto em lojas agropecuárias como na própria comunidade, ou ainda por meio de programas do governo. A comunidade utiliza adubos naturais, como o esterco, mas também faz uso de agrotóxicos.

O calendário agrícola de Queimadas depende da incidência de chuvas. O inverno, como é denominado o período chuvoso, geralmente ocorre entre dezembro e janeiro e pode se estender até março.

Também existem áreas de mata de Caatinga, utilizadas tanto para pastagem das criações, como para a coleta do umbu, de plantas medicinais, do catolé e de tantos outros recursos necessários a esta comunidade.

Existe em Queimadas o anseio pela demarcação de terras e a conseqüente necessidade de mais informações sobre os trâmites legais para a regularização fundiária. Reclamam que a posse de terra da comunidade seja estendida para que possa atender às necessidades da produção local. E embora cada família possua sua roça, cada um escolheria, dentro do território onde poderia trabalhar livremente.

Expectativas da Comunidade

Observa-se que, dentre os vários fatores apontados pelos participantes relacionados às limitações da comunidade, foi destacada a migração dos homens da comunidade para centros urbanos em busca de mercado de trabalho, o que tem preocupado as famílias e comprometido a produção agrícola local.

As principais expectativas citadas quando à formação local foram:

- Implantação do Programa Educação de Jovens e Adultos - EJA;
- Manejo do solo e valorização da Caatinga;
- Elaboração de projetos, captação de recursos;
- Cursos de aperfeiçoamento em artesanato;
- Capacitações relacionadas à gestão de cultura local;
- Capacitações relacionadas à gestão pública, social e produtiva;
- Cursos de técnicas agrícolas e apicultura;
- Capacitação para implantação de uma horta orgânica;
- Capacitações relacionadas à cultura local;



- Aprimoramento em corte e costura; e
- Dança e Música.

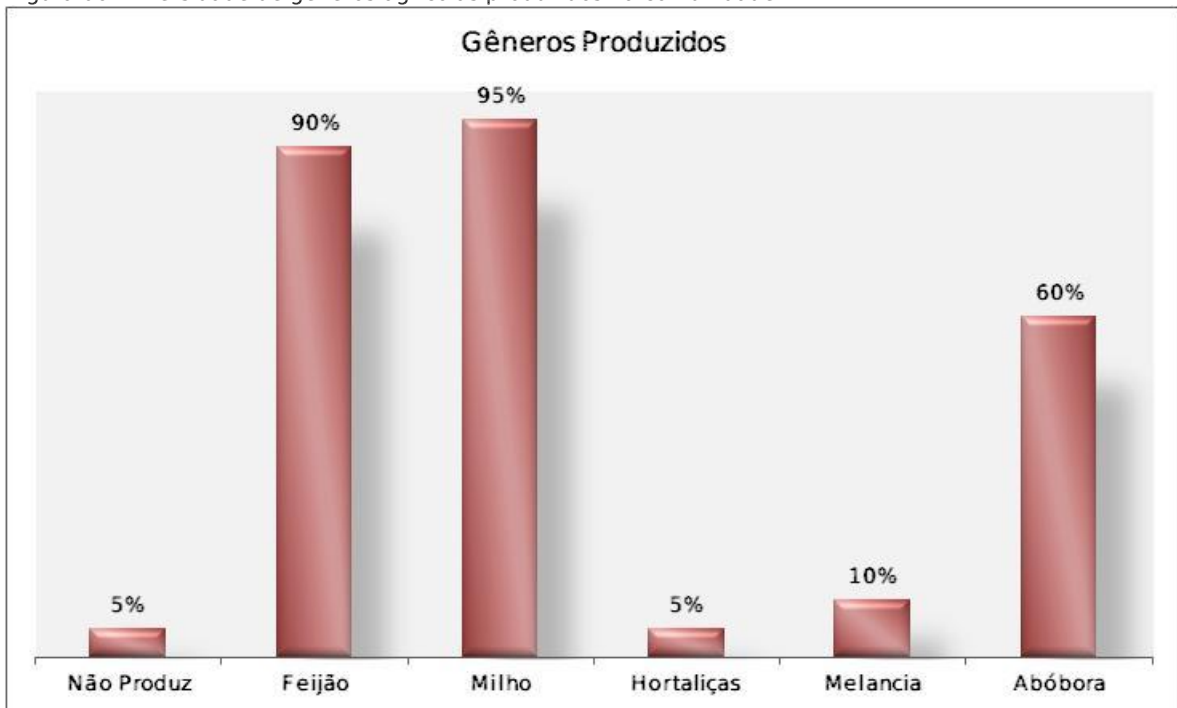
A comunidade procura valorizar formações educativas voltadas à cultura e tradição locais, como forma de perpetuar esses costumes entre os mais jovens.

Arranjos Produtivos

A principal atividade produtiva da comunidade quilombola de Queimadas é a criação de animais especialmente para subsistência. A criação de bode e galinha são as mais representativas tanto para o consumo, como para complementação de renda. É, também, presente a agricultura familiar não diversificada, que gera pouco, o qual é comercializado entre os próprios comunitários, ou, com menor frequência, na feira que ocorre na sede do município.

A seguir, o gráfico que representa a produção agrícola na comunidade:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade



Os primeiros gêneros plantados na região foram o algodão, o feijão e o milho. Com a proliferação do barbeiro ou bicudo, como é mais conhecido este inseto, nas plantações de algodão e com a saída da região da usina que o beneficiava, as famílias foram desestimuladas a cultivar esta cultura.

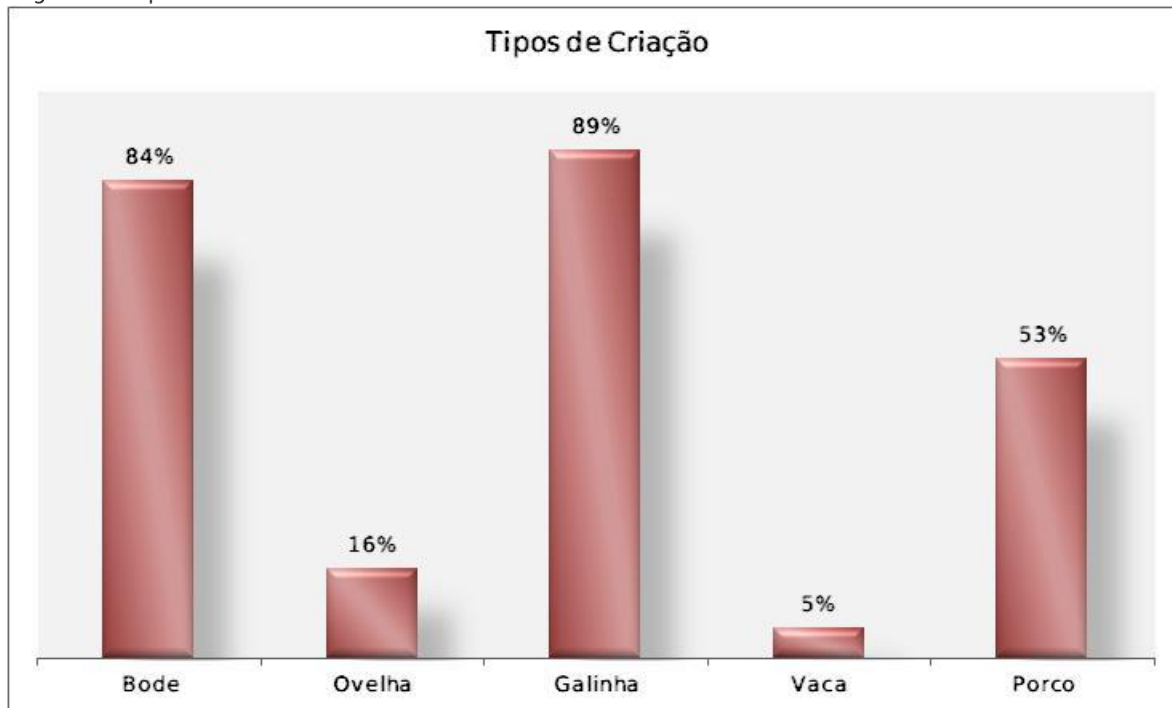
Num passado recente a comunidade chegou a produzir mamona, comercializada por meio de atravessadores que encaminhavam para o beneficiamento. Os gêneros de maior representatividade atualmente continuam sendo o feijão e o milho, seguidos da abóbora e hortaliças, primordialmente para o consumo. A criação de animais contribui



significativamente para o sustento das famílias e também gera fonte de renda alternativa.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

A principal fonte de abastecimento de água da comunidade é proveniente da adução de um poço artesiano perfurado em uma propriedade privada, numa espécie de contrato do proprietário do terreno com a Prefeitura Municipal de Mirandiba para abastecimento de Queimadas. Algumas casas contam com cisternas para armazenamento de água da chuva ou de carros pipa.

No entanto, nem todas as casas estão conectadas à rede de distribuição, e vale ressaltar que a água é utilizada, tanto para consumo humano, como para pequenas atividades e dessedentação animal sem o devido tratamento. A população não tem hábito de filtrar a água coletada, e algumas famílias relatam utilizar a cloração como método de purificação.

- Efluentes Domésticos

A partir de parceria firmada entre a Prefeitura Municipal e a FUNASA, foram construídos banheiros na comunidade, o que não tem representado uma solução para a questão uma



vez que esta se encontra em região semiárida, onde a disponibilidade do recurso hídrico atende, prioritariamente, a outras demandas que não a descarga dos banheiros. No entanto, os chuveiros são utilizados, e a água proveniente deles e das pias são encaminhadas para fossas negras.

- Coleta e Destinação do Lixo

A gestão municipal de resíduos sólidos não atende a comunidade com nenhum tipo de serviço. A disposição dos resíduos se dá a céu aberto e a comunidade costuma realizar mutirões para limpeza das áreas comuns, assim como a queima. Os resíduos orgânicos são aproveitados para alimentação animal.

Energia Elétrica

A maioria das casas é atendida pelos serviços de energia elétrica, no entanto, há moradias que ainda não possuem este benefício e acabam por utilizar ligações domésticas de outras casas.

Saúde

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) é realizado no posto de saúde localizado na sede do município de Mirandiba. Além do PSF localizado no bairro Vila COHAB, a comunidade conta com atendimento prioritário no PSF Quilombola Juazeiro Grande, localizado em outra comunidade quilombola de Mirandiba.

A comunidade ressalta a importância das benzedadeiras tradicionais na assistência à saúde da população, bem como o uso das plantas medicinais e remédios caseiros. Recebem visitas mensais do agente de saúde e atribuem à precariedade dos meios de comunicação e à falta de uma ambulância implicações na assistência para casos de emergência.

Há na comunidade muitos animais soltos, incluindo cães e gatos, que podem ser possíveis portadores de zoonoses que adentram as casas e espaços coletivos de socialização. Devido a este fator, os moradores alegam a necessidade de um atendimento veterinário que pode trazer impactos positivos sobre a saúde da comunidade local.

Há ocorrência de casos de Doença de Chagas, não só na comunidade de Queimadas, como nas demais comunidades quilombolas da região, necessitando da atenção de programas de saúde coletiva para controle dos vetores e manejo ecológico para sanar o problema.



Educação

Queimadas possui escola, porém com estrutura precária e reduzida para atender a população local. Outras atividades também ocorrem na escola, o que compromete o calendário escolar.

A escola local oferece o Ensino Fundamental I, sem possibilidade de ter suas atividades estendidas. Há transporte público para alunos de outras séries se dirigirem à sede municipal.

Comunicação

A comunidade apresenta limitações no que se refere a receber ou emitir informações. Os meios de comunicação mais comuns restringem-se à telefonia móvel, ao rádio, à televisão e à internet em alguns aparelhos celulares. Não tem acesso a jornais, revistas ou informes do município.

Relacionam as missas religiosas, a associação local, os agentes comunitários de saúde e professores como veículos de comunicação sobre temas locais.

Não possuem telefone público, e quando não há sinal para uso de aparelhos celulares, situação frequente na região, a forma mais utilizada para se comunicarem com outras pessoas são os tradicionais recados.

6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo

Recursos Naturais

A comunidade possui em abundância em suas proximidades a palmeira catolé, trazida da Serra Comprida por caprinos a partir da dispersão destas sementes em suas fezes. Do catolé é extraído o óleo, útil para a culinária, e o bagaço para produção de doces. Neste processo ressalta-se a importância dos animais, que ao pastar pelas serras da redondeza trazem a matéria prima, o coco do catolé, para a comunidade.

6.4.4. Serviços de Apoio à Produção

Assistência Técnica

A comunidade já participou de cursos de capacitação técnica com os seguintes parceiros: Ministério da Integração Nacional, Prefeitura de Mirandiba, Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, Associação CONVIVER, ActionAID, Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC, e Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP.

Dos cursos de formação, os moradores relatam que pouco está sendo aplicado e alegam a falta de acompanhamento técnico e matérias para execução das atividades.



No momento, a comunidade experimenta a implantação de um projeto de horta coletiva junto ao IPA a ser desenvolvido no quintal da escola, porém necessitam de orientações quanto ao manejo de irrigação.

O maior entrave referente à assistência técnica, segundo as lideranças locais, é a falta de acompanhamento dos projetos.

6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica

A comunidade de Queimadas expressou durante o processo de mapeamento técnico e ambiental a preocupação com suas estruturas sociais, identificadas como prioritárias para o desenvolvimento local. A comunidade é constituída por 21 (vinte e uma) famílias, com faixa etária média entre 25 e 60 anos.

Apesar de Queimadas possuir uma escola, os moradores solicitam ao município um espaço mais adequado e mais equipamentos. A escola não possui estrutura e corpo técnico suficiente para extensão de suas atividades e cumprimento do calendário escolar.

Programas assistenciais do Governo Federal, como o Bolsa Família, representam a renda da maioria das famílias, incrementada pela comercialização de animais criados na comunidade e pequenas atividades agrícolas.

As manifestações culturais resumem-se a eventos religiosos, como novenas e missas. A dança e a música também são muito valorizadas pelos moradores locais, com grupos de jovens formados especificamente para esta finalidade, e buscando valorizar a cultura quilombola.

A organização social na comunidade ocorre principalmente a partir da Associação de Pequenos Agricultores da Fazenda Queimadas, com parceria firmada com a Associação CONVIVER no Sertão, ONG que trabalha em prol dos direitos dessas comunidades tradicionais, com sede em Mirandiba. Também receberam orientação e acompanhamento da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas – AQCC para criação da associação local.

A comunidade de Queimadas aguarda a documentação oficial de seu território após abertura de processo no órgão competente, o INCRA.

As atividades agrícolas são praticadas timidamente, devido à escassez de água e ausência de assistência técnica. Algumas hortas e, principalmente, a criação de animais de pequeno e médio porte auxiliam no sustento e complementação de renda. A comercialização de animais e hortaliças é realizada em pequena escala e somente quando há excedente.

Algumas famílias são atendidas por água encanada, porém não são todos os domicílios que estão conectados à rede de abastecimento.



Não há rede de efluentes domésticos ou coleta de resíduos na comunidade. Os resíduos são queimados, enterrados ou recolhidos em mutirões comunitários. Os dejetos são despejados no ambiente sem qualquer tratamento.

Os serviços de saúde necessários à comunidade são oferecidos no local periodicamente, mas a população local recorre com mais frequência ao município de Mirandiba, onde há um posto de saúde específico para as comunidades quilombolas do município. Medicamentos caseiros oriundos de plantas da Caatinga ainda são utilizados habitualmente.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade quilombola de Queimadas possui tamanho reduzido, com as famílias distribuídas em um único núcleo habitacional. Este fato deve-se às relações de parentesco existentes desde sua formação, permanecendo esta dinâmica populacional até hoje. Os laços de parentesco ainda determinam relações sociais com outros grupos e comunidades circunvizinhas.

A prática da agricultura familiar é priorizada nos relatos e desejos dos comunitários, porém esta atividade é limitada pela disponibilidade local de água e ausência de assistência técnica adequada. A agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno e médio porte representam o sustento de muitas famílias.

A comunidade Queimadas formou-se inicialmente nesta localidade, não apenas por questões geográficas e para usufruto da terra, mas como elemento decisivo de união familiar.

Embora este grupo tenha consciência de sua origem quilombola, o processo de autorreconhecimento como tal é recente. Internamente e nas esferas municipais e estaduais, ainda existem questionamentos com relação à constituição da comunidade, ao cadastro de pessoas não quilombolas na associação, à demarcação e à titulação das terras.

Durante o processo educativo de mapeamento técnico e social, ficou evidente a vocação da comunidade para expressões artísticas, como a dança e a música. A educação também é especialmente valorizada, com promoção de atividades e cursos para os moradores locais e, mesmo não possuindo estrutura adequada, a escola é considerada a principal estrutura social de Queimadas. Muitos comunitários são engajados política e socialmente, o que facilita a organização comunitária. Os maiores anseios da comunidade também são destacados nos relatos e questionamentos, como uma sede para a associação local e sistema de abastecimento de água adequado a todos os domicílios.



8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.



GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). Brasil Afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>. Acesso em: 19/01/2012.

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em <http://www.sepppir.gov.br/copy_of_acoes> (2008). Acesso em 30/12/2011

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>>. Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

Escravidão e Resistência em Pernambuco. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html>. Acesso em: 26/03/2012.



9. ANEXOS

Anexo I: Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

Anexo II: Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Poço; cisterna; caixas d'água e tanque para os animais beberem.</i>	<i>Água para o consumo humano e para os animais.</i>	<i>Falta de um sistema de tubulação que alcance todas as residências; não ter água para as casas mais afastadas do centro da comunidade de Queimadas; não ter poços suficientes; nem todas as casas terem cisternas; irregularidade dos carros pipas.</i>
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Lixo a céu aberto; mutirão dos comunitários para coleta de lixo; tambor para coleta de lixo; queima de lixo.</i>	<i>Mutirão de limpeza; queima do lixo; tambor de coleta de lixo.</i>	<i>Não há aproveitamento de recicláveis; não há serviço municipal de coleta de lixo que atenda a comunidade; ausência de transporte de lixo; não há separação nem recolhimento do lixo; falta de conscientização e de valorização do lugar por parte dos moradores.</i>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria no gerenciamento dos resíduos citando a coleta seletiva e revenda dos resíduos passíveis de reciclagem, além de transporte do lixo provido pelo município.</p>		



NOSSA SAÚDE

Existe	Facilita	Difículta
<i>Vacinador; comunitários quilombolas que tem formação de enfermeiro e técnico de enfermagem; dentista em Mirandiba; agente comunitário; barbeiro; doença de Chagas.</i>	<i>Existe um enfermeiro na comunidade; campanha de vacinação; campanha de prevenção para mulheres;</i>	<i>Ausência de um posto de saúde na comunidade; irregularidade de visitas médicas e de dentista; casas de taipa como foco de barbeiro; às vezes faltam remédios na secretaria de saúde.</i>

No item “**facilita**” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a assistência à saúde. Discutiram sobre o aporte de recurso público municipal, questionando o direcionamento deste para melhorias no atendimento a saúde na comunidade. Apontam a necessidade de uma ambulância que pudesse prestar serviços de transporte de emergência

NOSSO MEIO AMBIENTE

Existe	Facilita	Difículta
<i>Lixo; queima de lixo; desmatamento; poluição do ar e da água; queimadas; uso de agrotóxicos na roça; caça do peba e do tatu; pessoas que não contribuem com o meio ambiente; animais sendo criados no meio das pessoas; Caatinga nativa.</i>	<i>A compreensão dos moradores; remédios caseiros; lenha para a cozinha; palha para vassouras; carne dos animais; trabalho com agricultura.</i>	<i>Falta de saneamento básico; ausência de reciclagem; atividade carvoeira; presença de casas de taipa na comunidade; casas que não foram substituídas por alvenaria pela pactuação com o MI; falta de informações técnicas sobre criação de animais e plantios; faltam banheiros e manutenção daqueles que quebram; falta de coleta de lixo.</i>

NOSSA EDUCAÇÃO e CULTURA

Existe	Facilita	Difículta
<i>Aula para crianças da 1º a 4º série; professor; merenda na escola; grupo de dança; forró; artesanato; time de futebol; católicos.</i>	<i>Transporte escolar; o salão onde funciona a escola; fardamento; merenda escolar; materiais escolares; campeonato rural; ensino adequado.</i>	<i>Alto índice de analfabetismo; não existir Educação para Jovens e Adultos; pouca informação sobre quilombolas; não possuem infraestrutura de prédio escolar; não haverem capacitações para professores; não possuem aulas de artes, música e dança; falta de pagamento por parte da prefeitura para os carros escolares; falta de incentivo ao esporte; falta de responsabilidade dos pais com a escola.</i>

NOSSA COMUNICAÇÃO

Existe	Facilita	Difículta
<i>Celular (TIM); boca-a-boca; recados; rádio (sintoniza frequência de Serra Talhada, Mirandiba e Salgueiro); televisão (antena parabólica); internet pelo celular.</i>	<i>O padre faz missa nas associações e repassa informações entre elas; as pessoas se dão bem e conversam entre si; professores da comunidade fazem contato direto com a secretaria de educação; reunião da associação; informações trazidas pelo agente de saúde; informações fornecidas pelos professores; informações através do líder comunitário.</i>	<i>A comunidade é esparsa e as casas ficam distantes umas das outras; analfabetismo; não há muita informação sobre o PISF; não termos computadores; a internet é lenta; a maioria não tem acesso à internet; não ter telefone público na comunidade; não ter um carro de som; as divulgações ficam comprometidas.</i>



NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS e INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Associação dos Moradores Quilombolas Sítio Queimado; ONG Conviver no Semiárido; Sindicato dos Trabalhadores Rurais; FUNASA; IPA; SINTRAF; CRAS.</i></p>		<p><i>Nem todos os associados compartilham dos benefícios alcançados pela associação; a falta de transporte dificulta a comunicação e encontro entre as comunidades quilombolas e instituições parceiras; falta de comunicação; falta de envolvimento.</i></p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a organização social e articulação com instituições parceiras como: repasse de informações e melhor distribuição das benfeitorias que acontecem na comunidade abrangendo a todos os associados. E ainda, benfeitorias de infraestrutura para moradia e abastecimento de água.</p>		
NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<p><i>Animais; hortas; plantação de milho, feijão, etc; artesanato; criação de animais (bode, galinha, porco); pessoas.</i></p>	<p><i>A horta e os animais ajudam na alimentação familiar fornecendo ovos, leite, carne e temperos para casa; venda de mamonas para o IPA.</i></p>	<p><i>Falta de água para molhar as plantas; o abastecimento de água que beneficia só 20% da comunidade; não ter cercado apropriado para os animais; falta tecnologia agrícola; não ter a posse da terra; maior parte da comunidade não tem moradia digna e a presença de casas de taipa; falta educação.</i></p>
<p>No item “facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a articulação dos arranjos produtivos da comunidade tais como: um meio de transporte que os ajudasse a levar a produção para ser vendida na feira de Mirandiba, a posse e maior área de terra para o trabalho e produção.</p>		



ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

